

PRÁTICAS ÉTNICO-RACIAIS: CONSCIÊNCIA E RESISTÊNCIA ANTIRRACISTA NO COTIDIANO DA EEMTI DEPUTADO ANTÔNIO LEITE TAVARES

Políticas Públicas e Relações Étnico-raciais

Cleilson Pereira Ribeiro¹

Secretaria de Educação Básica do Ceará-SEDUC

cleilson.ribeiro@prof.ce.gov.br

Alessandra Santos Araújo²

Secretaria de Educação Básica do Ceará-SEDUC

alessandra.araujo@prof.ce.gov.br

Jucier Ricarte Saraiva³

Secretaria de Educação Básica do Ceará-SEDUC

jucier.saraiva@prof.ce.gov.br

Francisco Diogo da Silva⁴

Secretaria de Educação Básica do Ceará-SEDUC

francisco.silva291@prof.ce.gov.br

RESUMO

O estudo examina as práticas pedagógicas da Escola de Ensino Médio em Tempo

¹ Professor de Língua portuguesa das redes estadual do Ceará e municipal de Barro, Mestre em Planejamento em Políticas Públicas- MPPPP-Universidade Estadual do Ceará-UECE

² Professora de Geografia da rede estadual do Ceará, Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Campina Grande-Campus Cajazeiras-Pb e especialista em docência do ensino superior pela Universidade federal de Campina Grande-UFCG

³ Professor de Geografia da rede estadual do Ceará, Mestre em Geografia – PPGeo pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UEVA). Bolsista de Extensão (FUNCAP/UEVA).

⁴ Professor de História e Filosofia, Mestre em História e saberes históricos – Universidade Federal da Paraíba-UFPB.

Integral (EEMTI) Deputado Antônio Leite Tavares, focadas na promoção da equidade racial e de gênero. Localizada em Barro, Ceará, a escola se destaca por incorporar conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, conforme as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008. A instituição está empenhada em conquistar o Selo Escola Antirracista, buscando fortalecer a formação crítica e cidadã dos alunos, visto que foi identificado um elevado nível de intolerância que precisa ser reduzido. A pesquisa adota uma metodologia qualitativa, incluindo entrevistas e observações, para explorar as percepções de professores, alunos e gestores em relação às práticas antirracistas adotadas. Entre as iniciativas pedagógicas estão debates, oficinas e atividades culturais, que visam valorizar a diversidade e aumentar a conscientização sobre as desigualdades raciais e de gênero. Os resultados indicam que os alunos percebem positivamente o ambiente escolar mais inclusivo, embora desafios como a falta de recursos e a resistência de alguns membros da comunidade ainda existam. Contudo, a colaboração entre professores, alunos e gestores tem sido crucial para superar essas dificuldades. O estudo conclui que a EEMTI é um exemplo de como a educação pode ser um instrumento eficaz na promoção da justiça social.

Palavras Chave: equidade racial, antirracismo, educação inclusiva, diversidade.

INTRODUÇÃO

A promoção da equidade racial nas instituições de ensino tem se tornado uma pauta central no desenvolvimento de políticas educacionais. A Escola de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI) Deputado Antônio Leite Tavares, localizada no distrito de Iara, município de Barro, faz parte da rede estadual de educação do Ceará e se destaca por sua dedicação à promoção da equidade racial. Em 2024, a escola iniciou um trabalho voltado à conquista do **Selo Escola Antirracista**, reafirmando seu compromisso em desenvolver práticas pedagógicas que visam criar um ambiente escolar inclusivo e justo.

As atividades curriculares e extracurriculares da EEMTI Deputado Antônio Leite Tavares são elaboradas de modo a incluir a história e a cultura afro-brasileira, africana e indígena, em conformidade com as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Esse esforço evidencia a responsabilidade da escola em promover a formação crítica e cidadã de seus estudantes, valorizando a diversidade e combatendo as desigualdades estruturais presentes na sociedade. O trabalho realizado pela escola em 2024 fortalece a busca por uma educação que reconhece e celebra as identidades raciais e culturais, contribuindo para uma sociedade mais justa e equitativa.

A implementação de políticas de promoção da igualdade de gênero e raça foi intensificada no Brasil no início dos anos 2000, refletindo um esforço nacional para enfrentar as desigualdades históricas e estruturais que afetam grupos marginalizados. Essas políticas foram desenvolvidas com base em diretrizes que enfatizam a transversalidade e a intersetorialidade, conceitos centrais para a promoção de direitos humanos. A transversalidade refere-se à necessidade de integrar a perspectiva de gênero e raça em todas as áreas de atuação política e educacional, enquanto a intersetorialidade destaca a importância de uma abordagem que considere as múltiplas dimensões das desigualdades, como classe, raça, gênero e sexualidade, de forma simultânea.

No contexto educacional, essas diretrizes são essenciais para a construção de práticas pedagógicas que não apenas reconheçam as desigualdades, mas também proponham soluções efetivas para enfrentá-las. Na EEMTI Deputado Antônio Leite Tavares, a implementação dessas políticas é refletida em ações concretas, como a inclusão de conteúdos

que abordam a história e a cultura afro-brasileira, africana e indígena no currículo escolar. Essas ações têm o objetivo de promover a valorização da diversidade e a conscientização sobre a importância da igualdade racial e de gênero, criando um ambiente onde todos os estudantes se sintam representados e respeitados.

A conjuntura atual do Brasil nos remete a revisitar as reflexões propostas por Apple em 2002, em um contexto diferente, mas que ainda hoje nos ajudam a pensar sobre a situação em que vozes liberais conservadoras têm reforçado práticas racistas e preconceituosas, especialmente em espaços institucionalizados como a escola. Ao abordar essas questões, Silva (1996, p. 23) entende o currículo como:

Um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. Em suma, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo corporifica relações sociais.

Além das mudanças curriculares, a escola também promove atividades extracurriculares que reforçam esses valores. Oficinas, debates e eventos culturais são organizados para incentivar a participação ativa dos alunos na construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Essas atividades não apenas complementam o ensino formal, mas também oferecem espaços para que os alunos explorem suas identidades e compreendam as complexidades das relações sociais. Através dessas iniciativas, a escola busca formar cidadãos críticos e conscientes, capazes de atuar em prol da igualdade e da justiça social.

A adoção dessas práticas pedagógicas e a aplicação das diretrizes de transversalidade e intersectorialidade são passos fundamentais para a transformação da realidade escolar e, por extensão, da sociedade. Ao promover a igualdade de gênero e raça de forma integrada e abrangente, a EEMTI Deputado Antônio Leite Tavares serve como um exemplo de como a educação pode ser uma ferramenta poderosa para a mudança social. Dessa forma, a escola não apenas cumpre seu papel educacional, mas também se posiciona como um agente ativo na luta contra as desigualdades e na promoção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

A busca pela equidade racial e de gênero nas escolas é um desafio constante que exige ações concretas e continuadas. A EEMTI Deputado Antônio Leite Tavares tem se destacado na implementação de práticas pedagógicas que visam a conscientização e a resistência

antirracista, proporcionando um ambiente educacional mais justo e inclusivo. Este artigo tem como objetivo analisar essas práticas e seus impactos no cotidiano escolar, destacando a relevância de uma abordagem crítica e comprometida com a transformação social.

A busca pela equidade racial e de gênero nas escolas é um desafio constante que exige ações concretas e continuadas. A EEMTI Deputado Antônio Leite Tavares tem se destacado na implementação de práticas pedagógicas que visam a conscientização e a resistência antirracista, proporcionando um ambiente educacional mais justo e inclusivo. Este artigo tem como objetivo analisar essas práticas e seus impactos no cotidiano escolar, destacando a relevância de uma abordagem crítica e comprometida com a transformação social.

A desigualdade racial e de gênero é uma realidade presente em diversas esferas da sociedade brasileira, e o ambiente escolar não está isento dessas disparidades. Historicamente, as escolas têm reproduzido preconceitos e exclusões, afetando negativamente o desenvolvimento e a autoestima de estudantes negros e de outras minorias. Nesse contexto, as políticas educacionais voltadas para a equidade racial e de gênero tornam-se fundamentais para promover um ambiente de aprendizado que valorize a diversidade e respeite as diferenças.

A Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, e a Lei 11.645/2008, que inclui a cultura indígena nesse currículo, representam avanços significativos na luta contra o racismo e a discriminação. No entanto, a efetiva implementação dessas leis depende de um compromisso coletivo e da adoção de práticas pedagógicas transformadoras.

A escola, como mencionado anteriormente, é frequentemente o ambiente onde a criança negra experimenta o racismo pela primeira vez. Esse racismo se manifesta através de apelidos depreciativos, nos materiais didáticos e até mesmo no silêncio da professora diante das situações de preconceito enfrentadas pelos estudantes negros. Cavalleiro (2018) observa que esse silêncio "[...] facilita novas ocorrências, inadvertidamente reforçando a legitimidade de práticas preconceituosas e discriminatórias no contexto escolar, estendendo-se também a outros âmbitos sociais" (p. 10). Um dos principais objetivos da Lei 10.639/03 é justamente valorizar a cultura e a história do povo afro-brasileiro dentro da escola. Sobre essas práticas pedagógicas, Gomes (2005) destaca: "As práticas pedagógicas devem ser guiadas por princípios éticos que orientem as relações entre professores, pais e alunos nas escolas brasileiras. É fundamental incluir a discussão sobre como a escola tem lidado com as

questões raciais nesse debate" (GOMES, 2005, p. 150).

Na EEMTI Deputado Antônio Leite Tavares, essas diretrizes têm sido integradas ao projeto pedagógico da escola, buscando não apenas cumprir a legislação, mas também promover uma educação que realmente faça a diferença na vida dos estudantes. As práticas pedagógicas desenvolvidas incluem projetos interdisciplinares, debates, oficinas, atividades culturais e grupos de estudo, todos voltados para a construção de uma consciência crítica e a valorização das identidades raciais e de gênero.

Essas iniciativas têm mostrado resultados positivos, com um aumento na participação e no engajamento dos alunos em questões relacionadas à equidade racial e de gênero. Além disso, a escola tem se tornado um espaço mais acolhedor, onde os estudantes se sentem respeitados e valorizados. A experiência da EEMTI Deputado Antônio Leite Tavares destaca a importância de uma educação inclusiva e transformadora, capaz de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Este artigo busca, portanto, apresentar e discutir essas práticas pedagógicas, analisando seus impactos e desdobramentos no cotidiano escolar. Ao compartilhar a experiência da EEMTI Deputado Antônio Leite Tavares, esperamos contribuir para o debate sobre a importância de uma educação comprometida com a equidade racial e de gênero, oferecendo subsídios para que outras escolas possam adotar iniciativas semelhantes em suas práticas educativas.

Quando se fala sobre obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira não está implícito, de forma alguma, que está sendo exigido exclusividade de ensino de temáticas afro-brasileiras nas escolas, mas que estas também precisam ser vistas em sala de aula.

Dessa forma, é possível desconstruir o preconceito e o racismo, promovendo a recuperação da autoestima de crianças negras e incentivando o respeito mútuo. Afinal, em uma sociedade como a brasileira, marcada pela diversidade racial e cultural, não é mais viável pensar em cidadania e democracia sem levar em conta a pluralidade e as desigualdades históricas impostas a diferentes grupos sociais e étnico-raciais (GOMES, 2008, p. 70).

METODOLOGIA (OU OUTRO TÓPICO)

A pesquisa foi desenvolvida na Escola de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI) Deputado Antônio Leite Tavares, com o objetivo de investigar as práticas pedagógicas voltadas para a promoção da equidade racial. Para tanto, utilizou-se uma abordagem qualitativa, a fim de compreender as percepções, atitudes e práticas dos professores, estudantes e gestores escolares em relação às políticas de igualdade implementadas na instituição. A escolha do método qualitativo se justifica pela necessidade de explorar em profundidade as experiências e significados atribuídos pelos participantes às ações educacionais desenvolvidas.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com professores, gestores e alunos, além de observações participantes das atividades curriculares e extracurriculares relacionadas à temática. As entrevistas semiestruturadas permitiram uma maior flexibilidade na condução das conversas, possibilitando que os entrevistados expressassem suas opiniões e percepções de maneira livre, ao mesmo tempo em que mantinham o foco nos principais tópicos de interesse da pesquisa. As observações participantes, por sua vez, forneceram um olhar mais aprofundado sobre a dinâmica escolar e as interações cotidianas que envolvem questões de gênero e raça.

Para garantir a validade e confiabilidade dos dados coletados, foram utilizados procedimentos de triangulação, comparando as informações obtidas nas entrevistas, observações e análise documental. A análise documental incluiu o exame de planos pedagógicos, relatórios de atividades escolares e documentos oficiais que orientam as práticas educacionais na escola. Esses documentos foram analisados com o objetivo de compreender como as diretrizes para a promoção da igualdade de gênero e raça são incorporadas nas políticas e práticas da escola, e como elas se refletem no cotidiano escolar.

A análise dos dados foi realizada utilizando a técnica de análise de conteúdo, que permite identificar padrões, temas e categorias emergentes a partir dos dados coletados. A análise foi conduzida em três etapas: leitura flutuante dos dados, codificação dos conteúdos e categorização dos temas principais. Na primeira etapa, a leitura flutuante permitiu uma imersão nos dados, facilitando a identificação de temas recorrentes. Na segunda etapa, os

dados foram codificados de acordo com temas e subtemas relacionados às práticas pedagógicas, à percepção dos participantes sobre igualdade de gênero e raça, e aos desafios enfrentados na implementação das políticas de igualdade. Por fim, os temas codificados foram organizados em categorias principais para a interpretação dos resultados.

Além disso, foi realizada uma análise crítica das práticas pedagógicas observadas, utilizando como referencial teórico os estudos sobre educação inclusiva e crítica, com ênfase nas perspectivas de Paulo Freire e bell hooks. Essa análise teórica proporcionou uma compreensão mais aprofundada sobre as práticas desenvolvidas na escola, destacando como elas contribuem para a formação de uma consciência crítica entre os alunos, e como enfrentam as desigualdades estruturais presentes na sociedade. A análise teórica também permitiu avaliar o grau de coerência entre as práticas observadas e os princípios defendidos pelas políticas públicas de igualdade de gênero e raça.

Finalmente, os resultados da pesquisa foram sistematizados em um relatório final, no qual foram discutidas as principais conclusões e recomendações para a melhoria das práticas pedagógicas na escola. O relatório foi apresentado e discutido com os gestores e professores da EEMTI Deputado Antônio Leite Tavares, com o intuito de contribuir para o aprimoramento contínuo das ações voltadas à promoção da igualdade de gênero e equidade racial no ambiente escolar.

DISCUSSÃO E RESULTADOS (OU OUTRO TÓPICO)

A análise das práticas pedagógicas na EEMTI Deputado Antônio Leite Tavares revelou uma série de ações concretas voltadas para a promoção da equidade racial e de gênero, alinhadas com as políticas públicas estabelecidas pelas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008. A pesquisa evidenciou que a escola tem adotado uma abordagem interdisciplinar e inclusiva, integrando temas relacionados à história e cultura afro-brasileira, africana e indígena em diversas disciplinas e atividades extracurriculares.

Um dos resultados mais significativos foi a percepção positiva dos alunos e professores em relação às iniciativas desenvolvidas. As entrevistas com os estudantes demonstraram que eles se sentem mais valorizados e respeitados, especialmente aqueles que pertencem a grupos historicamente marginalizados. A inclusão de debates, oficinas e atividades culturais tem contribuído para o fortalecimento da identidade racial dos alunos e

para a construção de um ambiente escolar mais acolhedor e equitativo.

Os professores relataram que, embora enfrentem desafios, como a resistência de alguns colegas e a falta de recursos materiais adequados, as práticas pedagógicas voltadas para a promoção da equidade racial têm sido fundamentais para a transformação do ambiente escolar. Muitos docentes destacaram a importância de uma formação continuada que os prepare para abordar essas questões de maneira crítica e eficaz. A formação oferecida pela escola tem sido valorizada, mas há uma demanda por mais recursos e apoio institucional para ampliar o alcance dessas iniciativas.

A pesquisa também apontou a necessidade de um maior envolvimento da comunidade escolar, incluindo pais e responsáveis, nas atividades que promovem a equidade racial. Embora a escola tenha realizado esforços nesse sentido, como a organização de eventos abertos à comunidade, os resultados indicam que ainda há um caminho a ser percorrido para que todos os membros da comunidade escolar se engajem de forma mais ativa e colaborativa.

No que diz respeito aos desafios, a falta de infraestrutura adequada foi um dos pontos mais mencionados. A carência de recursos tecnológicos e materiais didáticos que abordem de forma aprofundada as questões de raça e gênero foi identificada como uma barreira significativa para a implementação efetiva das práticas pedagógicas. Além disso, a resistência de alguns membros da comunidade escolar à adoção de uma abordagem crítica e transformadora também foi um obstáculo mencionado, destacando a necessidade de um trabalho contínuo de conscientização e formação.

Por outro lado, a escola tem conseguido superar alguns desses desafios através de iniciativas colaborativas entre professores, estudantes e gestores. As práticas de ensino que envolvem a participação ativa dos alunos, como a criação de projetos interdisciplinares e a organização de eventos culturais, têm sido particularmente eficazes na promoção de uma consciência crítica sobre as questões raciais e de gênero. Essas iniciativas não apenas enriquecem o currículo escolar, mas também fortalecem o vínculo entre os estudantes e a escola, contribuindo para um ambiente de aprendizado mais inclusivo e democrático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A EEMTI Deputado Antônio Leite Tavares tem se mostrado um exemplo de como as escolas podem desempenhar um papel crucial na promoção da equidade racial e de gênero, por meio da implementação de práticas pedagógicas inclusivas e transformadoras. As ações desenvolvidas na escola, embora enfrentem desafios significativos, têm proporcionado resultados positivos na formação de uma consciência crítica entre os estudantes e na construção de um ambiente escolar mais justo e acolhedor.

Este estudo destaca a importância de políticas educacionais que não apenas cumpram a legislação, mas que também sejam implementadas de forma crítica e contextualizada, atendendo às necessidades e realidades específicas de cada comunidade escolar. A adoção de práticas pedagógicas que integrem a diversidade racial e cultural no currículo, aliada ao engajamento de toda a comunidade escolar, é fundamental para a efetiva promoção da igualdade e para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Além disso, o estudo sugere que as escolas devem investir na formação continuada dos professores, fornecendo os recursos e o apoio necessários para que eles possam desenvolver práticas pedagógicas que enfrentem as desigualdades estruturais presentes na sociedade. A colaboração entre professores, gestores, alunos e a comunidade é essencial para a criação de um ambiente educacional que valorize a diversidade e promova a inclusão.

Por fim, é recomendável que futuras pesquisas explorem o impacto de longo prazo dessas práticas pedagógicas na vida dos estudantes, bem como o desenvolvimento de estratégias que possam ser replicadas em outras escolas. A experiência da EEMTI Deputado Antônio Leite Tavares oferece importantes lições sobre a promoção da equidade racial e de gênero na educação, contribuindo para o avanço do debate sobre a educação inclusiva e antirracista no Brasil.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional?** In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs). Currículo, cultura e sociedade. 7 ed. São Paulo: Cortes, 2002.

BRASIL. **História e Cultura Afro-Brasileira**. Lei Federal nº10.639/2003.

BRASIL. **Lei nº1/1837 e o Decreto nº15, de 1839, sobre Instrução Primária no Rio de Janeiro**. BRASIL.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar –racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2018.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação**. In: MUNANGA, Kabengele. (Org). Superando o racismo na escola. Brasília: SECAD, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03**. In: MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria Candau (Orgs.). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GOMES, Nilma Lino. (org.) **Práticas Pedagógicas de trabalho com as relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03**. Brasília: MEC; UNESCO, 2012.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador–saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). Identidade e diferença –a perspectiva dos Estudos Culturais. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

Djamila. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte(MG): Letramento: Justificando, 2017

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das letras, 2019. Edição do Kindle.